

## Empregos produzidos pelo agronegócio: discutindo o trabalho de assalariados rurais indígenas nos pomares de maçã.

Jobs demanded by agribusiness: discussing the work of indigenous rural wage earners in apple orchards.

Empleos generados por el agronegocio: discutiendo el trabajo de los asalariados rurales indígenas en los huertos de manzanas.

Graziela da Silva Motta<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar os usos do trabalho de indígenas em empregos gerados no campo pela economia do agronegócio, a partir da experiência das atividades de raleio e de colheita realizadas por trabalhadores indígenas nos pomares de maçãs no Sul do Brasil. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida entre 2013 e 2019, nos estados do Mato Grosso do Sul (MS) e do Rio Grande do Sul (RS), a qual utilizou a metodologia de Amostragem em Cadeia por Referência para geração de dados, bem como documentos sem tratamento analítico. Nesta investigação, discute-se a preferência dos produtores de maçã por esse perfil de trabalhador, destacando as formas de contratação e as condições de trabalho que são submetidos os trabalhadores em locais onde agrotóxicos também transitam.

**Palavras-chave:** trabalho rural indígena; agrotóxicos; produção de maçã;

**Abstract:** The objective of this article is to analyze the uses of indigenous labor in jobs generated in the countryside by the agribusiness economy, based on the experience of thinning and harvesting activities carried out by indigenous workers in apple orchards in southern Brazil. This is a research developed between 2013 and 2019, in the states of Mato Grosso do Sul (MS) and Rio Grande do Sul (RS). The research used the methodology of Chain Referall Sampling to generate data, as well as documents without analytical treatment. In this investigation, the preference of apple growers for this worker profile is discussed, highlighting the forms of hiring and the working conditions that workers are subjected to in places where pesticides also transit.

**Keywords:** indigenous rural work; pesticide; apple production.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es analizar los usos del trabajo de indígenas en empleos generados en el campo por la economía del agronegocio, desde la experiencia de las actividades de raleo y la cosecha realizados por trabajadores indígenas en huertos de manzanas en el sur del Brasil. Esta es una investigación desarrollada entre 2013 y 2019, nos estados do Mato Grosso do Sul (MS) y del Rio Grande do Sul (RS), la cual utilizó la metodología de Muestreo en cadena por Referencia para la generación de datos, así como documentos sin tratamiento analítico. En esta investigación, discútese la preferencia de los productores de manzanas por ese perfil de trabajador, destacando las formas de contratación y las condiciones de trabajos que están sujetos los trabajadores en lugares donde también transitan los pesticidas.

---

<sup>1</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019). Possui Licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Maria (2014), Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2010) e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (2013). Atualmente é docente efetiva em regime de dedicação exclusiva no Instituto Federal Farroupilha, Campus Frederico Westphalen/RS

**Palabras clave:** trabajo rural indígena; pesticida; producción de manzanas

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é analisar os usos do trabalho de indígenas em empregos gerados no campo pela economia do agronegócio a partir da experiência das atividades de raleio e de colheita realizadas por trabalhadores indígenas nos pomares de maçãs no Sul do Brasil. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida entre 2013 e 2019 nos estados do Mato Grosso do Sul (MS) e do Rio Grande do Sul (RS).

A motivação para a realização dessa investigação tem a ver com o fato de eu ser natural da região produtora de maçãs, mais especificamente do município de Vacaria/RS, onde notei a presença de etnias indígenas não originárias daquela região. Além disso, notícias veiculadas na imprensa despertaram meu interesse para uma investigação, em especial quando li que “Força tarefa liberta 41 indígenas de trabalho escravo no Rio Grande do Sul”<sup>2</sup>. Diante disso, me questionei sobre os motivos pelos quais indígenas de outras regiões estariam tão longe das suas moradias e quais os usos que estariam sendo feitos da mão de obra dessas pessoas pelos produtores de maçãs. Em outras palavras, por que a economia do agronegócio, na qual está inserida a produção convencional de maçãs, optou por empregar indígenas na execução de trabalhos no campo?

Neste artigo, apresento a metodologia empregada na geração de dados. Em seguida, destaco duas situações de possível intoxicação de trabalhadores indígenas por agrotóxicos no contexto do trabalho realizado nos pomares de maçã. A primeira teria ocorrido no ano de 2000, com um trabalhador Kaingang, e a outra em 2017, com um trabalhador Terena. A partir disso, discorro sobre como as empresas se organizam para evitar serem responsabilizadas por eventuais casos de intoxicação de trabalhadores por agrotóxicos. Para tanto apresento as formas de contratação e os usos do trabalho dos indígenas no contexto produtivo da maçã dentro de uma perspectiva da

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2012/11/forca-tarefa-liberta-41-indigenas-de-trabalho-escravo-no-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 07 ago 2022.

divisão racial do trabalho.

### **Método de pesquisa e geração de dados**

A abordagem desta investigação foi qualitativa, tendo como principal método de geração de dados a Amostragem em Cadeia por Referência, discutida por Patrick Biernarcki e Dan Waldorf (1981). Com base nesse método foi possível elaborar uma rede de interlocutores por meio de indicações. Esse instrumento é bastante utilizado em pesquisas que tratam de sujeitos “difíceis de encontrar” ou que “não desejam ser encontrados” por conta de estigmas, como se vê no trabalho de Howard Becker (2008). No caso dos trabalhadores indígenas, não eram muitos os que poderiam ou gostariam de falar sobre as relações de trabalho. Nesse sentido, as indicações sempre revelavam sujeitos com os quais era possível ter alguma conversa. Outro aspecto importante nesse processo de indicação de interlocutores é que ele garantia que eu, uma completa estranha, pudesse ser aceita no grupo para uma conversa, pois a metodologia permitia que a pesquisadora tomasse de empréstimo parte da confiança que os entrevistados depositavam em outra pessoa. Isso é importante porque nem sempre era possível construir laços mais profundos com o grupo.

Na maioria das vezes, a rede de interlocutores iniciava com alguém próximo a mim, que indicava outros sujeitos, os quais poderiam ser interessantes para a pesquisa. Nas ocasiões em que a busca por informantes tinha uma origem impessoal, como uma informação no jornal, por exemplo, eu tinha muito mais dificuldades em conseguir uma conversa. Para ilustrar, posso mencionar o caso de um produtor de maçãs, que chegou a concordar com uma entrevista, mas que, em certo momento, deixou de retornar minhas mensagens e ligações, e também o caso de um fiscal do trabalho a quem contactei e que, no entanto, sequer respondeu meus e-mails e minhas mensagens por meio do WhatsApp. Em ambos os casos, a busca por essas pessoas nasceu da leitura de notícias de jornais, as quais os mencionavam.

Por conta de questões como essas, conhecer alguém próximo do grupo de interesse é fundamental para que as trocas de informações possam fluir com mais facilidade. Entre os indígenas

foi mais ou menos desse modo que consegui maiores informações. As indicações me levaram a trabalhadores de, pelo menos, três etnias (Kaingang, Guarani-Kaiowá e Terena).

Ao acessar os trabalhadores em um pomar, percebi que as conversas eram escassas, e as respostas eram monossilábicas: “sim” e “não” foram as mais comuns. Foi assim que percebi que eu deveria ir até o local de origem dos trabalhadores, não sem antes pedir a permissão das lideranças para conversar com os indígenas. Dessa forma, acionei um colega antropólogo, chamado Diego Severo, que me indicou uma liderança indígena com quem conversar. Depois de um tempo de convivência, a liderança me apresentou para o cacique de sua aldeia, a quem apresentei minha pesquisa. Somente após a autorização do cacique é que pude conversar com os indígenas que trabalhavam nas colheitas de maçã. Efetivamente, foi dessa forma que obtive os dados mais sensíveis desta pesquisa.

Outras instituições e sujeitos foram fundamentais para a geração de dados, como as instituições policiais, o poder público e os sindicatos de trabalhadores rurais. Além disso, destaco os dados gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que fornecem um panorama da estrutura agropecuária brasileira.

### **Considerações sobre os usos da mão de obra e do agrotóxico no campo**

O senso comum a respeito da produção agrícola de grande envergadura tende a passar uma ideia superficial sobre o uso do trabalho humano no meio rural. Tratam-no como se fosse possível dispensá-lo por completo e, em seu lugar, fazer uso exclusivo do trabalho das máquinas. O fato é que a realidade do campo é mais complexa do que sugere a paisagem verde que vemos cobrir o solo às margens das rodovias. Há forte interação entre pessoas, máquinas, agrotóxicos e fertilizantes no decorrer das safras, e este texto pretende descortinar algumas dessas relações, que envolvem a produção agrícola e o uso de trabalho humano, a partir do estudo do uso de mão de obra indígena na produção de maçãs.

Existem diferenças significativas entre as diferentes produções em larga escala. As produ-

ções de soja, café, milho, frutas e cana-de-açúcar, por exemplo, possuem, cada uma, necessidades específicas de manejo. Contudo, todas têm em comum o emprego mais ou menos intenso de mão de obra. Autores da sociologia rural, como José Graziano da Silva (1981) apontam que, se por um lado há a dificuldade de mecanizar a colheita de frutas e de hortaliças, por outro lado a colheita mecanizada gera a necessidade da realização de um trabalho humano precarizado. É isso que mostra Maria Aparecida de Moraes Silva (2018) em sua pesquisa com mulheres catadoras de restos de cana-de-açúcar dispensados pela máquina colhedora<sup>3</sup>.

No caso da produção de maçãs, no que diz respeito à produção no campo, o uso da mão de obra é muito intenso em atividades de raleio e de colheita<sup>4</sup>. O raleio é a atividade de retirada do excedente de frutas de um pé, a fim de que haja mais espaço para as restantes se desenvolverem com maior qualidade. Há dois tipos de raleio. O “raleio manual” permite que o trabalhador escolha quais frutas tirar em razão da sua qualidade e sua distribuição nos galhos, e o “raleio químico”, mencionado por alguns produtores como preferencial, dado que permite evitar a contratação de trabalhadores, que consiste na pulverização de um agrotóxico específico sobre as frutas que começaram a se desenvolver. Nesse caso, as frutas caem do pé sem qualquer critério, ao contrário do que ocorre com o raleio manual.

A maçã é uma fruta majoritariamente comercializada in natura, por isso, elas não devem apresentar danos mecânicos ao final do seu processamento. Isso significa dizer que elas não podem bater umas nas outras, nem mesmo serem recolhidas do chão. Essa especificidade produtiva da maçã incide sobre as técnicas de colheita, que exigem o uso da mão de obra de trabalhadores contratados especificamente para isso.

---

<sup>3</sup> Segundo relatos informais de trabalhadores, é comum que pessoas (indígenas e não indígenas) sejam contratadas para a retirada de restos da colheita de milho ou para a retirada de outros grãos, desperdiçados ou não colhidos pelas colheitadeiras.

<sup>4</sup> A cadeia produtiva da maçã envolve dois tipos de atividades principais: a produção no campo e o processamento industrial da fruta em *Packing house*.

Atualmente, a colheita de maçãs no Brasil é realizada por trabalhadores e trabalhadoras rurais indígenas e não indígenas, contratados para realizar um trabalho mais delicado, que uma máquina sozinha não poderia fazer. Embora exista no mercado máquinas que auxiliam na colheita de frutas, como é o caso da Mecânica Zucal, ela é incapaz de substituir os trabalhadores. Somente Vacaria/RS, onde foi realizada esta pesquisa, recebe de 12 a 15 mil trabalhadores e trabalhadoras que saem dos seus locais de origem rumo aos quase 7 mil hectares de macieira do município (IBGE Cidades, 2020).

No caso de uma produção convencional, que necessita de muitos braços para a lavoura, é importante destacar as múltiplas interações que ocorrem no tempo da colheita. Trata-se de produtores que, em seus pomares, fazem uso tanto de mão de obra para a colheita, quanto de agrotóxico<sup>5</sup> para evitar danos ao desenvolvimento das frutas, os quais poderiam ser causados por insetos, fungos, vírus, bactérias ou plantas daninhas.

Durante a realização do trabalho de raleio ou de colheita é muito comum que trabalhadores, entre eles indígenas, entrem em contato com agrotóxicos de maneira mais ou menos intensa. Nesse sentido, destaco duas situações que surgiram em minha investigação: um inquérito civil apurado no início dos anos 2000 e um caso relatado por um trabalhador indígena.

Na primeira situação, apurava-se a causa da morte de um trabalhador indígena no pomar de maçã depois de ele ter realizado a atividade de raleio. Aparentemente, ele havia começado a passar mal por volta das 19h, depois do jantar. No hospital de Vacaria/RS, não atestaram quaisquer problemas evidentes em sua saúde. Por conta disso, o trabalhador foi “devolvido para o cacique”, conforme as palavras de uma testemunha no inquérito policial. Em seu local de origem, o trabalha-

---

<sup>5</sup> Agrotóxicos são “produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos” (Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, Art. 2º, alínea a).

dor permaneceu enfermo e seus parentes o conduziram para o hospital do município onde estava localizada sua aldeia. Diante da gravidade de seu estado de saúde, o trabalhador foi levado para ser tratado em um outro hospital, mais moderno, em município próximo. Nesse hospital, o trabalhador veio a falecer, constando “meningite e infecção generalizada” como causa oficial de sua morte.

Nesse inquérito, testemunhas afirmaram que o trabalhador veio a óbito por ter sido intoxicado por agrotóxicos, pois o viram “espumar pela boca” nos dias que seguiram às náuseas. Segundo o depoimento de um cabeçante<sup>6</sup> a respeito deste fato,

[Os trabalhadores indígenas] não usavam luvas nem máscara e o pessoal da firma passavam o veneno próximo de onde se trabalhava, chegando às vezes serem atingidos pelo veneno. Diz que quando passavam na fruta saía desta um pozinho branco que é um veneno que passam nela para não estragar. [...]. Que a maioria dos indígenas que foram trabalhar apresentavam gripe e tosse. (Depoimento de um cabeçante em inquérito da Polícia Civil sobre a morte de trabalhador indígena, indígena, anos 2000).

Neste mesmo inquérito, outro trabalhador indígena afirmou que

ao mesmo tempo em que estão fazendo o rareamento<sup>7</sup> das maçãs, já vem o trator e pulveriza as plantas, atingindo inclusive, pelo deslocamento propiciado pelo vento, os trabalhadores. Que a maioria dos indígenas retornou com dores de cabeça e muita tosse. (Depoimento de um trabalhador indígena em inquérito da Polícia Civil, anos 2000).

Quando realizei entrevistas com trabalhadores indígenas em seu local de origem, conversei com algumas pessoas que se lembraram do episódio tratado nesse inquérito policial. Eles disseram que estavam juntos com o trabalhador indígena falecido no exato momento em que ele começou a passar mal. Além disso, corroboraram a informação de que, depois do expediente de trabalho no pomar, todos saíam molhados de agrotóxicos. Essa situação se assemelha a uma que aconteceu com outro indígena, de outra etnia, em 2017.

---

<sup>6</sup> A figura do cabeçante é bastante complexa, como demonstrado por Ferreira (2011). Nesta pesquisa, o cabeçante é compreendida como um trabalhador indígena que lidera turmas de trabalhadores indígenas no local de trabalho.

<sup>7</sup> Atividade de raleio.

Em campo, um trabalhador indígena do Mato Grosso do Sul relatou uma situação envolvendo a morte de outro indígena por conta de uma suposta intoxicação por agrotóxicos, conforme o relato do entrevistado:

Willian: De lá, foi outra aldeia [...], lá onde que morreu o indígena. [...]. O veneno é muito rápido. Pra quem tem... por exemplo, nós ainda, não sei, acho que é muita sorte, porque nós usa muito remédio tradicional, né? Eu mesmo não levei roupa, levei muito era remédio, porque eu tava muito engripado. [...] [Os patrões] tinham que oiá nós com esse carinho, sabe? Se eles querem que a gente trabalhe pra eles, um serviço baum pra eles, acho que o remédio deveria sê grátis pra nós, né? [...]. Eu acho que devia ter mais equipamento, que nem... tipo, como eu tava te contando, se eles querem um trabalho bom, teriam que surgir aqueles... os EPI, né? Eu acho que deveria ter uma máscara, pra você não suspirar tanto aquele pó.  
Entrevistadora: E o que eles ofereceram?

Willian: Nada, nadinha! Só foi o boné e... a camisa, né? E a botina. [...]. Luva não, nem a máscara. [...]. Quando você inalou, você inalou [o agrotóxico], muitos não gostam de ir no médico – “ele tem cisma”, “ele tem medo”, inda mais quando ele não fala o dialeto português. Aí, ele fica sensível. Aí, se o cabeçante não falar o dialeto dele, aí zebra tudo... Mas aí, quando [o indígena que faleceu] foi assustá que era uma gripe normal, já tinha morrido. [...]. Eu vou ajudar, porque na minha aldeia tem muita gente assim, com problema de respiração. [...]. Quando a morte do outro indígena que morreu lá [no pomar], apesar que, quando ele morreu, nois soubemo aqui que ele tava lá e que era pra trazer ele pra cá. Aí, morreu e chamaram advogado lá pra entrar em uma ação contra a firma, né? Aí, pediram nossa ajuda, nós fumo ajuda, né? Porque era a mesma situação, tudo que acorre lá, acontecia com nós né. Quando você entra contra a firma, você perde totalmente o crédito (Willian, trabalhador, autodeclarado indígena, 2018).

O caso de Willian teve outros desdobramentos. Um deles diz respeito ao fato de que o advogado que os representava entrou com uma ação contra a empresa contratante, pois o indígena havia falecido no pomar, enquanto executava seu trabalho. A empresa incluiu os nomes dos trabalhadores que assinaram o processo em uma lista, popularmente conhecida por “lista negra” (Menezes, 2002), que serviu para evitar contratá-los novamente em outra oportunidade. Segundo Willian, nem essa empresa e nenhuma outra voltaram a contratar os trabalhadores daquela aldeia na safra de 2018.

As queixas de que os trabalhadores eram pulverizados junto às macieiras eram uma constante em minha pesquisa. Muitos trabalhadores indígenas relataram em entrevista que não era in-

comum saírem totalmente encharcados do pomar no final do expediente. No entanto, as empresas comumente solicitam aos trabalhadores que assinem documentos em que afirmam que eles não estão nas mesmas quadras que estão sendo pulverizadas. Um trabalhador indígena afirmou que

Pra assinar o contrato [de trabalho], a gente faz um tipo de exame: exame visual, audiometria... faz um checke ali, né? Na verdade, esses exames teriam que acontecer quando a gente fizesse a rescisão do contrato também. Mas geralmente isso não acontece, principalmente... não sei se é só com nós ou é com todo mundo, mas nós indígenas não fizemos esse exame. E é por isso que a gente tá preocupado... [...]. A gente tá preocupado com isso aí, porque, de uns ano pra cá, essas coisas vêm acontecendo frequentemente. Posso dizer que tenho uma experiência no pomar, porque trabalhei vários anos. A gente vê que não acontece esse exame quando a gente volta pra casa. Então, posso dizer, assim, que a gente... alguns já voltam com esses tipo de doença, pode ser por intoxicação, alguma coisa que acontece, né? Até um ferimento que acontece com a gente, né? Aí... e tem aqueles veneno, que a gente... que eles passam em cima da gente, porque tem firmas que têm as linha de maçã, né? Os cara vem até aqui passando veneno e você tá colhendo aqui. Então você não escapa desse veneno, né? E eles fazem a gente assinar uns papel lá, que a gente tava fora da quadra naquele momento que eles passaram veneno. Mas, na realidade, não é isso, né? (Vanderlei, trabalhador, autodeclarado indígena, 2018).

Fica evidente, nesses trechos das entrevistas, o modo como alguns empregadores se organizam para evitar serem responsabilizados por uma eventual doença ou morte de seus empregados nesse contexto produtivo que envolve a manipulação de agrotóxicos. O fato em si de um trabalhador ter sido atingido pelo produto não parece a ser o centro da preocupação dessas empresas.

Os pomares são organizados de maneira que as macieiras são plantadas uma ao lado da outra na diagonal, formando linhas. Entre uma linha e outra, forma-se um corredor por onde passa um trator carregando os bins com maçãs, que são abastecidos pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. O espaço entre as fileiras de macieiras não é muito grande. A fotografia 1, na página seguinte, ilustra um desses corredores.

O que diz respeito à aplicação de agrotóxicos, essa deve obedecer às recomendações do fabricante, as quais são encontradas na bula do produto. Em linhas gerais, nas bulas dos agrotóxicos, existem, por exemplo, recomendações a respeito de cuidados com a velocidade do vento e com a umidade do ar durante sua aplicação. Há também recomendações acerca do intervalo de seguran-

ça, isto é, do número de dias entre a data da última pulverização e a data da colheita. Todas essas orientações devem ser observadas no manuseio dos produtos.



Fotografia 1: Corredor de um pomar de maçãs. Fonte: arquivo pessoal, 2018.

Ocorre que muitas vezes há pulverização de agrotóxicos em um dos lados dos corredores, onde de fato não há trabalhadores. No entanto, seja em razão da velocidade do vento, seja por causa do tamanho das gotas que saem do pulverizador, o agrotóxico que está sendo utilizado deriva, isto é, atinge outros alvos. Nesse caso, o alvo atingido, embora não programado, são os trabalhadores, que estão colhendo maçãs.

Como vimos, as empresas exigem que os trabalhadores assinem documentos afirmando que eles não estavam colhendo frutas nas quadras que estavam sendo pulverizadas. Parece-me que, para as empresas, o documento simplesmente expressa uma verdade, e o fato de os trabalhadores serem atingidos por agrotóxicos é mero acaso. Isso evidencia que o sujeito que trabalha é tratado como uma mercadoria pouco importante, como demonstrou Karl Polanyi (2000).

Há quase 20 anos que separam as duas mortes dos trabalhadores indígenas nas atividades do pomar. Isso possivelmente significa que a mão de obra de trabalhadores indígenas não caiu em desuso nos pomares de maçã durante esse período. Sendo assim, o que explica o uso de mão

de obra indígena no contexto da produção agrícola convencional? Qual estrutura social permite relações de produção, em que, eventualmente, trabalhadores morrem no trabalho, como se fossem mercadorias descartáveis (POLANYI, 2010)? Para responder essas questões, é necessário descor-tinar o trabalho executado por indígenas nos pomares do Sul do Brasil.

### **O trabalho e os trabalhadores indígenas no pomar de maçãs**

Muitos eventos aconteceram até que as relações formais de trabalho se estabelecessem nos pomares de maçã e que os direitos trabalhistas se estendessem aos trabalhadores indígenas. Em muitos desses acontecimentos, houve protagonismo dos trabalhadores indígenas para valorizar sua mão de obra, seja por meio da criação de uma cooperativa de trabalhadores, seja por meio da criação de um coletivo que envolve lideranças indígenas, Ministério Público do Trabalho e pesquisadores (MOTTA, 2019)<sup>8</sup>.

De toda forma, dentro da economia do agronegócio, o campo oferece trabalhos muito mais penosos e perigosos para os trabalhadores, no que diz respeito tanto ao esforço físico para acompanhar o ritmo da alta produtividade, quanto à saúde em vista da convivência com a ameaça da deriva de agrotóxico, que enxarca os corpos dos trabalhadores.

No caso do Sul do Brasil, o trabalho executado no pomar de maçãs no momento da safra é temporário e já possui uma organização prévia para que tudo corra conforme o planejado pelos produtores. Antes mesmo da safra, acontece a busca pela mão de obra, contratação que não dispensa o uso de intermediários, como recrutadores, arregimentadores e empreiteiros (MOTTA, 2020).

A atividade de raleio ocorre nos meses entre outubro e dezembro, e a colheita das cultivares Gala e Fuji, que, juntas, tomam os meses de janeiro a maio. A atividade de colheita no município de Vacaria/RS chega a receber cerca de 15 mil trabalhadores, que deverão colher a fruta da Gala em até 6 semanas, que é a cultivar mais comum. A colheita da fruta deve ser realizada no tempo

---

<sup>8</sup> Recentemente, alguns grupos Kaingang abriram cooperativa de trabalhadores rurais indígenas, como forma de valorizar a mão de obra dos trabalhadores de maneira mais homogênea.

de maturação exato, caso contrário, a fruta pode cair do pé, e a sua comercialização pode ser inviabilizada.

Parte desses 15 mil trabalhadores são indígenas, os quais não são necessariamente “atraídos” pelo trabalho. Em outras palavras, eles não surgem no local de trabalho por conta própria. A sua contratação é negociada entre o arregimentador ou empreiteiro da empresa de maçãs contratante e o cacique da aldeia antes da data prevista para a colheita. Geralmente, o cacique cobra do arregimentador ou empreiteiro uma “taxa comunitária” por trabalhador contratado (FERREIRA, 2011). O cacique então aponta cabeçantes, isto é, indígenas que deverão montar e liderar turmas de cerca de vinte pessoas, as quais ficarão sob sua responsabilidade ao longo de todo o período de trabalho no pomar.

Depois de o arregimentador ou empreiteiro negociar o número exato de trabalhadores com o cacique, marca-se a data da viagem. Geralmente, a empresa produtora custeia o transporte dos trabalhadores indígenas até o pomar. Para embarcar no ônibus, o trabalhador indígena apresenta a carteira de trabalho para o cabeçante, que a entrega ao arregimentador ou empreiteiro. O trabalhador, então, se acomoda para viajar até o Sul do Brasil. Chegando no pomar, os trabalhadores indígenas são alojados em quartos coletivos, onde permanecerão até o fim da safra.

No pomar, o cabeçante torna-se um intermediário das relações entre a empresa e seu grupo étnico. O cabeçante é falante de sua língua nativa e da língua portuguesa, o que facilita o trabalho de intermediação entre a empresa e os trabalhadores.

O papel dos intermediários já foi amplamente discutido nas pesquisas de Silva (2004), Menezes (2002) e Ferreira (2011). As autoras Silva (2004) e Menezes (2002) apontam o quão comuns são intermediários nas contratações para trabalhos realizados nas colheitas de cana-de-açúcar. Além disso, elas entendem que esse “intermediário” descende de uma figura bastante mais tradicional nas relações de trabalhadores migrantes, o “gato”, responsável por um tipo de trabalho denominado “servidão por dívida” (SILVA, 1999; 2004). A palavra “gato” possui sentidos muito

antigos, como o de unir duas partes que estão separadas - engatar -, como informa Antônio da Cunha (1986). Nesse caso, o “gato” juntaria o trabalhador, que precisa trabalhar, com o emprego que está disponível nas colheitas. No entanto, durante esta pesquisa, nenhum arregimentador se autodenominou “gato”, por entender que esse era um termo pejorativo.

Uma vez no local de trabalho, isto é, no pomar de maçãs, os trabalhadores são orientados a respeito do recebimento do seu salário. Em campo, observei que os ganhos dos trabalhadores estavam atrelados ao ritmo da produtividade, ou seja, ao número de bins de maçãs colhidos. Os bins são caixas de madeira que comportam até 350 kg da fruta, como se pode ver na fotografia 2 a seguir:



Fotografia 2 - Bins com maçãs. Fonte: arquivo pessoal, 2018.

De modo geral, as empresas informam que o salário do trabalhador está vinculado à colheita diária de 3 bins de maçãs, o que equivale a cerca de 1 tonelada de fruta<sup>9</sup>. Nos casos em que o trabalhador ultrapasse o mínimo de 3 bins por dia, ele fará jus a um “bônus”. Esse bônus, em 2018, girava em torno de R\$ 25,00 por bin excedente. Desse valor, R\$ 5,00 pertence ao intermediário.

---

<sup>9</sup>Esta relação de atrelar o ganho do salário com uma quantidade mínima de bins colhidos acontece em casos em que há carteira assinada, ou seja, em trabalhos formais. Alguns trabalhadores que trabalharam informalmente mencionaram que comumente receberam por bin colhido ou por árvore raleada. Em 2021 o valor da colheita estava em R\$ 30,00 por bin e o valor do raleio estava em R\$ 0,50 por macieira.

No caso dos indígenas, o valor era entregue ao cabeçante.

Durante uma entrevista com o presidente do sindicato de trabalhadores rurais de um município do interior do Mato Grosso do Sul, o sindicalista afirmou que os cabeçantes eram muito próximos dos patrões. Contudo, a meu ver, o que ocorre é que esses líderes indígenas têm o respeito e a obediência dos seus parentes, e os patrões sabem utilizar esse aspecto cultural para controlar um grande número de trabalhadores com menos esforço, pois precisam que o trabalhador não se disperse em outras propriedades onde seja mais vantajoso colher maçãs a fim de receber o bônus. Ao mesmo tempo, o cacique e o cabeçante negociam com o arregimentador da empresa as condições do trabalho executado no pomar. Os dois trechos a seguir demonstram como os termos do trabalho são negociados antes da contratação, e como a resistência dos trabalhadores é construída no pomar durante a execução do trabalho, quando a empresa tende a ultrapassar os limites do acordo.

Leonel: Uma vez eu fui num pomar do Ivo. Estranhei. Um dia de sol bonito, em plena colheita, e a gente estava atrasado. Três da tarde. Eu te digo: os caras estavam em traje de missa! De passeio, viu? Tomando chimarrão. Eu digo: “eu não acredito. O que é isso aí? Esses caras, o que aconteceu? De banho tomado e tal”? Ele [o Ivo] disse: “não, não, eles atingiram os três bins deles. E, se nós forçarmos, ele vai embora. Ele vai embora”. Então, tem dia para colher mais um bin e meio, dois, tranquilo (Leonel, pequeno produtor, autodeclarado branco, 2018).

Cândido: Então, a gente foi recrutar eles lá. Então, foi toda uma conversa. Assim, a gente conversou com o cacique primeiro, se podia ir lá na aldeia, se tinha, [se] eles liberavam, enfim. Então, a gente foi num final de semana, num domingo, nunca me esqueço, a gente foi bem cedo lá na aldeia e, chegando lá, eles arrumaram até um lugar para a gente ter essa conversa. E daí sempre a gente conversava com o cacique. Aí, ele fez a reunião, perguntou quem que gostaria de trabalhar. A gente explicou como é que funcionava, [que] ficava lá alojado, enfim. Eles até impunham muitas regras: eles queriam vir embora, digamos, no final de semana, [por]que os demais [trabalhadores não-indígenas] iam embora no final da colheita. Se ficasse lá 30 [dias], renovava por mais. Se não acabasse a colheita, 45 dias ficava. Depois [que acabasse a colheita] é que a empresa tinha a obrigação de levar [os trabalhadores ao seu local de origem]. Os índios, não, eles queriam ir a Vacaria e, todo sábado voltar para casa. No domingo e na segunda, voltava a trabalhar. (...) Então, a empresa, [que] estava querendo fazer essa experiência, topou essa questão do levar [os indígenas toda a semana para a aldeia]. Até, para tu ter uma ideia, no café da manhã, nunca me esqueço, eles queriam também pão com margarina. Eles impunham as regras. (...) Então, na época, a gente aceitou. Eu lembro que eles iam e voltavam. O que acontecia é que daí, na segunda, muitos já não voltavam para o pomar. Iam para casa e já não voltavam. Os índios também

têm uma característica que quando um, digamos assim, não está contente com o serviço ali ou a empresa não está contente com ele e manda embora, todos vão junto. [Para] eles, não importa. Nem é parente, nada, mas é da tribo: todos vão embora junto. Então é uma coisa, uma característica deles. Então, dá um problema com um, tem que tentar resolver, ajeitar, porque senão todos vão embora (Cândido, arregimentador, sem autodeclaração, 2018).

O primeiro trecho trata de um produtor de maçãs que estranhou os trabalhadores indígenas parados durante uma tarde sem chuva no pomar vizinho. Nesta interação ficou claro que o intermediário da empresa do proprietário Ivo respeitava as condições de trabalho negociadas previamente com as lideranças indígenas, uma vez que temia perder trabalhadores caso fizesse exigências fora do acordo. O segundo entrevistado, o arregimentador, era funcionário da empresa que resolveu “experimentar” o uso da mão de obra indígena, depois de essa experiência ter sido socializada entre os produtores como uma boa ideia. Observe que o entrevistado destaca as “exigências” dos indígenas – voltar para casa ao final da semana, ter pão com margarina para comer... - sem as quais, os trabalhadores não se envolveriam com o pomar.

Ao mesmo tempo que há uma preferência pela força de trabalho indígena, há uma rejeição da força de trabalho não-indígena. Em entrevista com os produtores de maçãs de Vacaria, observei que trabalhadores desempregados da região eram desprezados, como pode ser observado neste trecho da entrevista:

*Franco:* estou lascado se eu não colher uma fruta no momento certo. Eu não tinha alojamento, fulana, eu trazia da cidade. Nada contra Vacaria, mas muitos não querem trabalhar. Segunda-feira é feriado. Se você levava quinze numa Kombi, Segunda eram cinco, seis, sete. E a fruta não espera. É muito tecnicada a produção, é um planejamento. Eu, na colheita, me mudo para o pomar, esqueço que tenho família e estou no pomar. [...].

*Entrevistadora:* Então, os de Vacaria não têm interesse mesmo, então?

*Franco:* Eu evito, vou ser bem sincero. Para todos os trabalhos, poda, colheita, raleio, se for possível não pegar, porque os daqui estragam os de fora. Uma maçã dentro do bin estragada estraga todas aquelas maçãs ao redor, eu faço essa comparação. Tem empresas que pegam gente daqui e gente de fora, os daqui estragam os de fora.

*Entrevistadora:* Em que sentido?

*Franco:* No sentido assim, colher na escada. Os de fora colhem na escada, mulher colhe na escada, não tem problema nenhum. Os daqui não querem colher na escada, já começa a fazer “boquinha”.

*Entrevistadora:* E eles te procuram para ser empregados ou não?

*Franco*: Agora, como eu já desmamei os daqui, não procuram. Porque quando ligam eu digo, “não, já tenho”. Não tenho interesse em pegar. Infelizmente, não tenho interesse (*Franco*, pequeno produtor, autodeclarado branco, 2018).

Produtores que precisam contratar mão de obra do próprio município comumente o fazem porque não possuem alojamento de trabalhadores para receber pessoas de fora<sup>10</sup>. No entanto, eles se queixam da falta de “compromisso” ou de “lealdade” do empregado com o seu emprego. Em uma conversa, um produtor mencionou o fato de que os trabalhadores locais estão sempre interessados em receber o bônus, de modo que preferem trabalhar em pomares onde as macieiras estão carregadas de frutas. Dessa forma, para o trabalhador, se torna possível encher mais de 3 bins sem que seja necessário muito deslocamento. Por outro lado, se por qualquer motivo o pomar apresenta poucos frutos, encher três bins se torna mais oneroso, pois o deslocamento no pomar demanda mais tempo e, assim, diminuem-se as chances de atingir as metas necessárias para a obtenção do bônus. Por conseguinte, em tais cenários, o trabalhador comum vai em busca de outros pomares, que sejam mais propícios para a colheita. E é por conta disso que alguns trabalhadores locais abandonam o pomar inicial em busca de outros mais rentáveis, mesmo tendo sua carteira de trabalho assinada por uma única empresa.

Os produtores de maçã compartilham entre si informações sobre a contratação de trabalhadores indígenas. Empresas de Santa Catarina repassaram informações para produtores do Rio Grande do Sul a respeito das vantagens da contratação de indígenas. Por isso, essa é uma prática comum entre os produtores do Sul do Brasil.

Em uma das entrevistas que realizei, um produtor mencionou que os indígenas mais adequados para a realização do trabalho são aqueles que participam de religiões que evitam o uso de

---

<sup>10</sup> As normas para construção de alojamentos estão expressas na Norma Regulamentadora 31, originalmente publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2005. Essa norma traz exigências bem estritas a respeito das instalações sanitárias, dos alojamentos, de locais de refeição, etc. Nessas condições, muitos produtores que optaram por não investir em alojamentos e, assim, acabam não contratando trabalhadores de fora do município.

bebidas alcoólicas, o que evidencia a busca por um perfil que se adéque às demandas produtivas.

Com efeito, entendo que essa predileção por um perfil de trabalhador para os trabalhos ofertados pela economia neoextrativista (ACOSTA & BRAND, 2018) do agronegócio tem a ver com a obtenção de vantagens propiciadas por uma divisão racial do trabalho, segundo a qual certos perfis de trabalhadores servem para a realização de trabalhos mal pagos e indesejáveis, como demonstrado por Aníbal Quijano (2005).

No caso da produção de maçãs, trata-se de um trabalho com meta de produtividade diária, em que o recebimento de um salário está atrelado à quantidade de frutas colhidas, exigindo enormes esforços físicos. Além disso, no pomar, trabalhadores podem ser atingidos por agrotóxicos, sofrendo significativos danos a sua saúde.

### **Considerações Finais**

Este artigo apresentou a produção convencional de maçã, o uso da força de trabalho indígena e as possíveis consequências para a saúde do trabalhador.

Neste contexto, pôde ser observado como velhas práticas que envolvem o trabalho agrícola no Brasil permanecem mesmo em contextos mais democráticos, isto é, a produção em larga escala e o uso exaustivo da força de trabalho de sujeitos mais vulneráveis socialmente se fundamentam em uma divisão racial do trabalho, como observado por Quijano (2005).

Isso fica evidente nos casos em que as empresas produtoras de maçãs, atentas a questões culturais de certas etnias, contratam o trabalho indígena para a realização de uma tarefa penosa, que exige muito do corpo do trabalhador. Essas empresas também esperam que as turmas de trabalhadores indígenas sejam orientadas por suas lideranças, de modo que supõem que não enfrentarão os problemas gerados pela contratação de não-indígenas, que tendem a abandonar um pomar quando se torna oneroso atingir as metas exigidas pelos patrões.

A divisão racial do trabalho também fica evidente nos casos em que a empresa solicita aos trabalhadores que assinem uma documentação atestando que não estão colhendo frutas nos mes-

mos espaços em que há pulverização por agrotóxicos, e, mesmo assim, o trabalhador se queixa de sair encharcado do local de trabalho quando acaba seu expediente. Esta pesquisa registrou dois casos de mortes de trabalhadores indígenas sobre as quais pairam dúvidas. Segundo os indígenas, os óbitos seriam resultado de sua exposição ao agrotóxico. Em ambos os casos, trabalhadores indígenas, sem o equipamento de proteção individual completo, foram atingidos pela deriva da pulverização de agrotóxicos e posteriormente morreram com sintomas respiratórios. Os indígenas de MS, que levaram o caso à justiça, foram colocados em uma lista negra e não foram contratados pelas empresas de maçã na safra seguinte.

É importante destacar, contudo, que os trabalhadores indígenas rearranjaram formas de resistir à exploração, buscando colocar limites nas relações de produção. As tratativas de trabalho ocorrem entre as lideranças e os intermediários da empresa antes da contratação dos trabalhadores. Se a empresa quiser forçar os limites fixados pelas partes, os trabalhadores indígenas abandonam o trabalho, prejudicando fortemente a colheita.

Importa agora buscar compreender quais os danos que a exposição ao agrotóxico tem causado à saúde indígena. Paralelamente, é essencial investigar a fundo como os trabalhadores têm se organizado para lidar com o uso de agrotóxicos no local de trabalho. Neste sentido, há muito o que se descortinar em relação à saúde desses trabalhadores que, ao trabalharem para viver, correm o risco de morrer.

### Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extratativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante, 2018.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIERNARCKI, Patrick.; WALDORF, Dan. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. In: *Sociological Methods and Research*, v. 10, p. 141-163, 1981.

CUNHA, Antônio. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Andrey. Etnicidade, territorialização e agronegócio: as frentes de expansão agrícola e as dinâmicas econômicas Terena e Paresi. In: *ANPOCS*, 35, 2011, Caxambu/MG.

MENEZES, Marilda. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MOTTA, Graziela. *Trabalho assalariado e trabalhadores indígenas nos pomares de maçã no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2019.

MOTTA, Graziela. Migração e contratação de trabalhadores indígenas empregados pela economia do agronegócio. Porto Alegre, *Iluminuras*, v. 21, n. 52, p. 96-118, 2020.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Maria. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Maria. Mulheres volantes. Um estudo sobre o trabalho assalariado feminino no rural paulista. *Travessia – Revista do Migrante*. Ano XXXI, nº. 83, maio agosto, p. 183-190, 2018.

SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Editora Haucitec, 1981.